

**I EXAME DE ORDEM / 1999  
DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 8.5.99**

**1ª Questão (7 pontos)**

A INDÚSTRIA DE CAÇADOS PEZÃO, localizada no Setor de Indústria e abastecimento de Brasília - Trecho 10, lotes de 1 a 9, recebeu a visita de agentes do Fisco, especialmente designados para inspeção no estabelecimento, denunciado que foi, provavelmente, por concorrentes seus, descontentes com os baixos preços que conseguia praticar, levando-os à suspeita da prática criminosa de “caixa 2”.

Iniciando a operação os auditores fiscais da Receita Federal constataram que haviam anotações paralelas das entradas e saídas dos produtos industrializados em agenda que foi apreendida. O proprietário do estabelecimento tentou de todas as formas mostrar aos fiscais que aquilo era apenas uma forma de se ter o controle mais ao alcance de sua mão e que poderia provar que existiam, no Departamento de Contabilidade os livros de entrada e saída dos produtos, com as respectivas notas fiscais lançadas e arquivadas em local apropriado. Tudo em vão.

Os auditores fiscais lavraram auto de infração, em que foi apurado o montante de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) de IPI, acrescido de multa que somava R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), correspondente a 1 (um) ano e 10 (dez) meses de anotações, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa ou pagar a importância levantada.

Sabendo que, dificilmente teria êxito na esfera administrativa, o industrial juntou toda a prova (livros e notas fiscais) de que o IPI reclamado fora integralmente recolhido e procurou o escritório do ilustre advogado para defender sua causa. Redija a peça adequada ao feito, fundamentando na melhor doutrina, legislação e jurisprudência.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.

**Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e número de OAB fictícios.**

**2ª QUESTÃO (um ponto cada)**

1. O Brasil é um País ordeiro, com seu povo constituído essencialmente por cidadãos trabalhadores, pacíficos e cordiais. Entretanto, a partir do dia 1º de maio do ano presente, quando se comemorava o dia do trabalho, a ordem começou a ser perturbada, após a

divulgação do percentual de aumento, do salário mínimo de R\$ 130,00 para R\$ 136,00, estourando nos quatro cantos do País manifestações de protestos, com badernas seguidas de saques dos estabelecimentos comerciais, e quebra-quebras, atentados e violências de todo tipo, abalando seriamente a ordem pública, uma verdadeira comoção interna, sendo declarado estado de guerra interna.

Diante de tal situação, foi aprovada uma lei pelo Congresso Nacional, instituindo o tributo, chamado Imposto Extraordinário de Guerra, a ser cobrado de todos os brasileiros, com renda superior a 5 salários mínimos. Um grupo deles procurou seu escritório para defendê-los. O que você alegaria em favor de seus clientes? Fundamente.

2. A empresa INDUSTRIAL BELA CAJAZEIRAS contratou, por escrito, com o atacadista GIGANTE DO SERTÃO, vultuosa venda de produtos sujeitos ao IPI, sem nota fiscal, estabelecendo no instrumento contratual que o comprador se responsabilizaria pelo imposto que, por ventura, viesse a ser exigido. Em face de tal contrato, de quem o fisco deve exigir o tributo? Por que? Fundamente.

3. O Prefeito Municipal de Cajazeiras - PB, preocupado com a falta de receita para honrar os compromissos do Município, devido a inadimplência da maioria dos contribuintes do IPTU, ITBI (ITIV) e ISS, em decorrência da grave crise porque passa o País, sancionou lei aprovada pela Câmara Municipal estabelecendo que os contribuintes que quitassem suas dívidas tributárias até 30 de abril último estariam desobrigados de pagar as multas incidentes. De acordo com as Normas Gerais de Direito Tributário, diga qual benefício fiscal foi concedido? Fundamente.

## **I EXAME DE ORDEM / 1999 DIREITO CIVIL**

### **Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 8.5.99**

#### **1ª Questão (7 pontos)**

1 - DADOS:

JOSÉ, promoveu ação de cobrança de honorários profissionais contra BENVENUTO, ao fundamento de descumprimento do pagamento ajustado em Contrato de Honorários firmado em 24.08.90

O pedido foi julgado procedente para condenar o réu a pagar a quantia de R\$ 4.500,00, corrigida monetariamente desde a data do vencimento do título, ocorrido em 24.09.91 e, acrescido de juros contados a partir da citação (mandado junto aos autos, em 14.10.91).

O réu foi ainda condenado ao pagamento das despesas no valor de R\$ 325,00, corrigidas desde o protocolo da petição inicial, em 29.09.91 e, de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (valor do crédito).

A sentença foi publicada em 24.07.94, mantida por acórdão do Eg. TRIBUNAL DE JUSTIÇA, sendo objeto de recurso especial, admitido, porém ainda não julgado.

## 2 - PEDIDOS:

- a. Redigir a petição inicial de execução;
- b. Mesmo respeitando o princípio do “jura novit curia”, descreva os fundamentos legais para amparar seu pedido;

## 3 - OBSERVAR:

- a. A satisfação dos requisitos da petição inicial;
- b. Os fundamentos jurídicos e legais;
- c. O pedido com suas especificações;
- d. A correção gramatical.

## 4 - SEJA OBJETIVO

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.

**Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e número de OAB fictícios.**

## 2ª QUESTÃO: (um ponto)

Dispõe o Código Civil:

“Art. 933: - Só valerá o pagamento, que importar em transmissão da propriedade, quando feito por quem possa alienar o objeto, em que ele consentiu.”

PERGUNTA: Quem pode alienar o objeto e, que requisitos são necessários a serem

satisfeitos?

**3ª QUESTÃO:** (um ponto)

Dispõe o Código Civil:

“Art. 928: - A obrigação, não sendo personalíssima, opera, assim entre as partes, como entre seus herdeiros.”

PERGUNTA: Cite duas obrigações personalíssimas.

**4ª QUESTÃO:** (um ponto)

Quando não for unânime o julgado proferido em apelação:

A - quais os recursos que cabem?

B - considerando a data de 03.05.99, como de publicação do acórdão, quais os prazos que devem ser satisfeitos, indicando as datas?

**I EXAME DE ORDEM / 1999  
DIREITO PENAL**

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 8.5.99**

**1ª Questão (7 pontos)**

**Flávio Cunha de Andrade**, foi denunciado por acusação de prática do crime capitulado no art. 121, *caput* do CPB, contra a pessoa de **Milton Arruda Câmara**. O Juiz recebendo a denúncia determinou sua citação, após marcando a data do interrogatório. Nas alegações escritas, oferecidas no tríduo foram arroladas testemunhas.

Durante a instrução criminal, **Geraldo Tomaz Costa**, única testemunha arrolada pela acusação, em seu depoimento, harmônico com o que prestou na delegacia, às fls. 16 disse: “que viu algo na mão de **Milton**, parecendo uma faca, mas não deu para distinguir pois se encontrava à distância e o local era pouco iluminado; que, no entanto, viu quando **Flávio** disparou sua arma, duas vezes contra **Milton**, que, imediatamente, caiu ao solo”. **Pedro Molina Passos**, testemunha arrolada pela defesa, disse: “que não conhecia nem a vítima nem o acusado; que estava passando pelo local em companhia do seu amigo **Lindomar**, quando ouviu a vítima dizer para o acusado “isto é um

assalto, passa o dinheiro”; que viu uma faca tipo peixeira na mão da vítima; que viu quando **Flávio** deu uns passos para trás, sacou sua arma e disparou somente uma vez contra **Milton**” (fls. 17 e v). **Lindomar Lopes Miranda**, arrolado pela defesa, assim se manifestou : “que se encontrava caminhando em companhia de seu amigo **Pedro** quando viu um indivíduo de porte avantajado dizer para um outro: “isto é um assalto, passa o dinheiro”; que o indivíduo tinha uma grande faca na mão, em atitude ameaçadora; que viu quando o assaltado recuou uns passos, sacou seu revólver e fez um disparo contra o assaltante que cambaleou e caiu ao chão; que não conhecia nem o acusado nem a vítima; que soube posteriormente, por pessoas do local, que a vítima era assaltante temido na região, com diversas passagens pela polícia, por assalto; que, sendo formado em Direito, mesmo não exercendo a profissão, entendeu, claramente, que o acusado agiu em legítima defesa própria” (fls. 19). **Reginaldo Florêncio Fonseca**, também arrolado pela defesa assim falou: “que vinha caminhando pela calçada quando percebeu do outro lado da rua um indivíduo alto e forte, com uma peixeira na mão, ameaçou um transeunte dizendo qualquer coisa como “passa dinheiro”; que o local estava iluminado; que viu quando o assaltado deu alguns passos para trás, sacou sua arma e fez um disparo contra o assaltante que caiu ao solo; que não conhecia nem a vítima o assaltado, sabendo, no entanto depois do fato, por pessoas do local, que o assaltante era conhecido por “**Brutus**”, era um perigoso indivíduo que aterrorizava as pessoas da vizinhança; que soube também por um dos seus amigos que **Flávio**, era uma pessoa de bem e que portava arma legalmente porquanto era segurança do aeroporto, de onde saía sempre alta madrugada e morava em chácara afastada” (fls. 22).

No laudo do Instituto de Criminalística para onde o revólver fora encaminhado para os exames de eficiência, recentidade de disparo e confronto balístico os peritos atestaram que a arma se encontrava apta para produzir disparos em série, que havia sido disparada recentemente, que dos seis cartuchos que se encontravam no tambor, um deles havia sido deflagrado, e ainda que, pelo exame comparativo das estrias, o projétil retirado do corpo de **Milton** fora disparado pela arma apreendida e apresentada como sendo a usada por **Flávio**.

No laudo de Exame Cadavérico, acostado aos autos, os peritos do IML, no item Exame das Lesões, assim se referiram: “*ferimento pérfuro-contuso provocado por projétil de arma de fogo localizado na região torácica direita*”. Como conclusão: “*morte decorrente de anemia aguda, devido a hemorragia interna determinada por transfixação do pulmão por ação de instrumento pérfuro contundente (projétil de arma de fogo)*”.

Na Folha Penal, carreada aos autos, nada consta contra **Flávio**.

Terminada a inquirição das testemunhas, o Juiz **Mauro Pedreira** abriu vista dos autos ao MP para cumprimento do art. 406, do CPP, tendo o promotor **Justino Liberal**, após tecer comentários sobre a prova, finalizado seu pronunciamento dizendo: “...desta forma, sendo as provas colhidas insuficientes para embasar pedido condenatório, requer o MP seja feita Justiça”.

Você, em cumprimento às disposições contidas no mesmo artigo, apresentou brilhante defesa analisando minudentemente as provas e sustentando, em profundidade a tese cabível à espécie, finalizando com o pedido de absolvição sumária.

Mas, mesmo assim, o MM Juiz, dissociando-se da prova dos autos pronunciou **Flávio** como incurso nas penas do art. 121, *caput*, do CPB, tendo ele tomado ciência no dia 30 de abril de 1997 (4ª feira). **Interponha** o recurso cabível, juntando desde logo as Razões, datando no prazo.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.

**Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e número de OAB fictícios.**

## 2ª QUESTÃO ( 1 PONTO CADA UMA)

Responda de forma **simples e objetiva**

- 1) Você, advogado de Geraldo Alencar Pontes, arrolou na Defesa Prévia, entre outras testemunhas, Sérgio Nunes Lima, considerada de suma importância posto indicada por Geraldo lhe informou “ele sabe e viu tudo”. Para sua surpresa, notou que na certidão passada pelo Oficial de Justiça este informava com base na Certidão de Óbito, haver a testemunha falecido. Indique, de forma breve e objetiva, a providência que pode ser tomada, com devida fundamentação processual.
- 2) Custódio Nogueira, seu cliente, foi condenado à pena de 16 anos, 4 meses e 8 dias pelo Tribunal do Júri, por infração ao art. 121, § 2º, II e V do CPB. Inconformado, interpôs apelação por entender que a sentença do Juiz-Presidente divergiu das respostas dos jurados aos quesitos. Dizer, de forma sucinta, qual o pedido adequado a ser feito ao Tribunal de Justiça, indicando a fundamentação em que baseou o apelo.
- 3) Arnaldo Montes, nascido em 11-04-75, cometeu em 10-04-96, o delito de dano simples (art. 163, *caput*) e em 15-07-96 o crime de constrangimento ilegal simples (art. 146, *caput*). Indique a data exata - **caso não haja denúncia** - em que ocorrerá a prescrição da pretensão punitiva no tocante a cada um dos crimes.

## I EXAME DE ORDEM / 1999 DIREITO DO TRABALHO

**Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 8.5.99**

**1ª Questão (7 pontos)**

A empresa “x”, fabricante de automóveis, demitiu o empregado “y”,

soldador, por justa causa, pelo cometimento de falta grave, capitulada no art. 482, letra “a”, da CLT.

O empregado demitido ajuizou reclamação trabalhista requerendo, liminarmente, a reintegração no emprego alegando estabilidade provisória decorrente da sua condição de vice-presidente do Sindicato dos Músicos de Brasília-DF, com mandato a expirar-se em maio de 2002.

No mérito, sustentou não ter cometido falta grave alguma que pudesse dar causa à sua demissão. Requereu a declaração da estabilidade provisória até o ano de 2003/maio e a condenação da empresa no pagamento dos salários vencidos e demais vantagens não pagas no período de afastamento do emprego.

A MM. 25ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília não conheceu do pedido de liminar de reintegração, por inepto. Encerrada a instrução e não havendo possibilidade de acordo entre as partes, decidiu a Junta julgar procedente a reclamatória reconhecendo a estabilidade provisória do reclamante/dirigente sindical e, uma vez que a empresa não promoveu o inquérito judicial para apuração de falta grave, declarou nula a demissão determinando a reintegração imediata do reclamante, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento da decisão judicial. Declarou, ainda, a sentença que a estabilidade provisória encerrar-se-á em maio/2003 devendo a empresa pagar ao reclamante salários, reflexos e demais direitos vencidos e vincendos.

Valor da condenação arbitrado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e custas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). Sentença publicada no Diário da Justiça que circulou no dia 26 de abril de 199, segunda-feira.

Caro(a) candidato(a):

Interponha, em favor da empresa, o recurso cabível buscando a reforma da sentença da Junta de Conciliação e Julgamento, demonstrando, também a tempestividade do apelo, o pagamento das custas e o recolhimento do depósito recursal.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.

**Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e número de OAB fictícios.**

## **2ª QUESTÃO** (um ponto cada um)

1. O bancário que trabalha 8 (oito) horas por dia e 44 (quarenta e quatro) horas por semana, desde a contratação, tem direito ao recebimento de horas extras? Resposta fundamentada.
2. O não pagamento do salário mensal no prazo legal acarreta alguma sanção ao empregador? Resposta fundamentada.
3. O empregado que manuseia produto radioativo tem direito ao recebimento de adicional de insalubridade ou periculosidade, e em que percentual? Resposta fundamentada.

## **I EXAME DE ORDEM / 1999 DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **Prova Prático Profissional (Subjetiva)**

**Data: 8.5.99**

### **1ª Questão** (7 pontos)

AGONIAS DEMAIS, servidor público, escriturário, lotado no Ministério do Trabalho, não via a hora de gozar suas férias, marcadas para o dia 15 de abril último, pois iria passear ao lado de sua família na mais bela cidade paraibana - Cajazeiras. Finalmente, o tão esperado dia chegou, e para lá partiu. Chegando lá, mal começou rever os parentes, com convites os mais diversos para comer buxada de cabrito, prato típico da região. Recebeu oficialmente por A.R. do seu chefe, convocação para retornar imediatamente a Brasília, a fim de concluir trabalho urgente até o dia 25 do mesmo mês. Indignado, recusou-se a obedecer tal convocação, pois já tinha acertado com amigos vários passeios, entre eles, a João Pessoa, para se banhar nas mais belas praias do litoral paraibano.

Mais tarde, já no dia 5 de maio, recebeu nova convocação, desta feita, acompanhada de notificação do Tribunal do Júri do Distrito Federal para servir como jurado, inclusive com publicação no Diário Oficial, recusando-se, mais uma vez, a atender tal convocação.

A matéria foi enviada à Consultoria Jurídica para Manifestação. Você, como advogado, emita parecer fundamentado na mais moderna legislação, doutrina e

jurisprudência.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.

**Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e número de OAB fictícios.**

**2ª QUESTÃO** (um ponto cada um)

4. No Departamento Financeiro de determinada empresa concessionária de energia elétrica, recém privatizada, travou-se discussão sobre qual a melhor forma de retribuição do particular, pelo serviço prestado, se a tarifa ou a taxa. No momento disseram: vamos consultar o Departamento Jurídico. O que você, como advogado, orientaria? Por que? Conceitue o instituto indicado.
5. BOA VIDA, não ocupante de cargo efetivo, nomeado para cargo em comissão de DAS-04, vivia faltando, alegando problemas de saúde. Recusou, no entanto, a submeter-se a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cometendo uma indisciplina. Neste caso, a que pena disciplinar estará sujeito? Fundamente.
6. A empresa S.S.O. CAJAZEIRENSE, participou de licitação pública para fornecimento de equipamento de informática. Alegando a considerável variação do dólar nos últimos dias, recusou-se a assinar o contrato respectivo, elaborado nos termos do edital licitatório. O que poderá a Administração fazer diante de tal fato? Fundamente.